



## MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29

1/10

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – Exercício de 2016 / Consolidado

## Senhor Acionista,

A Diretoria da MGI – Minas Gerais Participações S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete ao exame e deliberação de V.S.s. o Relatório da Administração que destaca as principais ações desenvolvidas pela Companhia, as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, às quais se incorporam ainda o Relatório dos Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas de forma comparativa com o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 1. MENSAGEM DA DIRETORIA

Durante o ano de 2016, a MGI focou em sua missão e sua visão, com vistas a contribuir de forma efetiva para o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, destacamos a gestão de ativos (recuperação de créditos e vendas de imóveis) e os convênios, além dos pagamentos de contraprestações de parcerias público-privadas por intermédio da subsidiária EMIP.

O cenário macroeconômico impactou as atividades da Companhia em diversos aspectos, sobretudo: a alta taxa de juros impactou nos custos das debêntures emitidas, com remuneração indexada ao CDI; a recessão econômica dificultou as negociações de vendas de imóveis e recuperação de créditos, além de impactar no aumento dos rompidos dos direitos creditórios autônomos; as quedas na cotação das ações da Cemig, que compõem as garantias da quinta emissão de debêntures, geraram necessidades de complemento de garantia em moeda corrente.

Não obstante o ambiente externo desfavorável, a MGI soube contornar as adversidades. Destacamos os resultados da recuperação de créditos e venda de imóveis do Estado de Minas Gerais, que permitiram repassar ao Estado, neste ano, um montante 15% superior ao ano de 2015. Importante destacar, ainda, que o contrato de hedge celebrado no segundo semestre de 2015, no âmbito da quinta emissão de debêntures, amenizou consideravelmente os impactos das oscilações das ações da Cemig, de modo a não comprometer o fluxo de caixa da Companhia no exercício de 2016.

Apesar do prejuízo auferido neste exercício, que foram impactados, sobretudo, pelo impairment dos direitos de crédito autônomos, a Diretoria considera satisfatórios os resultados alcançados, com destaque para o importante suporte oferecido ao Estado de Minas Gerais durante o exercício, especialmente no âmbito dos convênios e das PPP's.

## 2. A MGI

## 2.1 Estrutura Societária

A MGI é uma sociedade anônima de capital aberto, controlada pelo Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF-MG) e integrante da Administração Pública Indireta, tendo como acionistas o Estado de Minas Gerais (99,9557%), o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG (0,0288%) e a Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG (0,0093%). O restante das ações (0,0062%) encontra-se em tesouraria.

A Companhia atualmente detém participação nas seguintes sociedades:

- EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A. (subsidiária integral) – 100%;
- Cemig – Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – 0,35%;
- Empresas do Grupo Gerdaul S.A. – 0,46%;
- Copasa – Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – 0,13%;
- BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – 0,94%.

## 2.2 Identidade Organizacional

**Missão:** Atuar de forma efetiva, em conjunto com a Administração Pública de Minas Gerais, nas soluções que envolvam o desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

**Visão:** Ser modelo de suporte ao Desenvolvimento Estadual.

## 3 DESEMPENHO OPERACIONAL

## 3.1 Gestão de Ativos

Em sua atuação na recuperação de créditos em liquidação adquiridos junto aos bancos estaduais privatizados Bemge e Credireal, a Companhia arrecadou no exercício de 2016 o montante de R\$4.985 mil, inferior em 36% ao exercício de 2015, quando a arrecadação totalizou R\$7.800 mil.

Mediante contrato celebrado com a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais (SEF), a Companhia atua também na administração dos ativos recepcionados pelo Estado em decorrência da extinção da Minasaixa e da privatização dos Bancos Bemge e Credireal. Neste exercício, a MGI arrecadou e repassou à SEF o montante de R\$8.695 mil provenientes da recuperação de créditos em liquidação e da alienação de bens imóveis. Este valor superou em 15% o apurado no exercício anterior, quando totalizou R\$7.577 mil. A prestação de serviço ao Estado gerou para a MGI uma receita de R\$1.934 mil em 2016 (R\$2.049 mil em 2015).

Considerando a natureza e data em que os empréstimos foram concedidos (mais de 20 anos), a falta de bens penhoráveis e/ou garantias e a baixa liquidez dos imóveis, a Administração considera relevantes os valores arrecadados.

Resultados da Gestão de Ativos (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Ativos Próprios	4.985	7.800	(36%)
Ativos do Estado de Minas Gerais	8.695	7.577	15%
<b>TOTAL</b>	<b>13.680</b>	<b>15.377</b>	<b>(11%)</b>

## 3.2 Direitos de Crédito Autônomos

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um saldo de Direitos de Crédito Autônomos a receber de R\$1.786.983 mil (R\$1.715.616 mil em 31 de dezembro de 2015).

Durante este exercício, foi contabilizado a título de variação monetária ativa dos direitos creditórios o montante de R\$128.634 mil (R\$129.871 mil no exercício de 2015), enquanto os valores recebidos neste exercício totalizaram R\$121.801 mil (R\$170.084 mil em 2015).

A Companhia possui, ainda, em 31 de dezembro de 2016, um saldo de R\$36.729 mil a receber do Estado de Minas Gerais relativo a parcelas de direitos creditórios devidas à MGI pagas pelos contribuintes diretamente ao Estado.

Importante ressaltar que o saldo de parcelamentos rompidos, isto é, com parcelas inadimplidas há mais de 90 dias, vem aumentando ao decorrer do tempo. A Companhia apura trimestralmente o valor justo e o impairment da carteira. Considerando esses efeitos, o saldo de Direitos de Crédito Autônomos é de R\$530.221 mil em 31 de dezembro de 2016 (R\$642.946 mil em 31 de dezembro de 2015).

## 3.3 Debêntures

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2016, obrigações decorrentes da segunda, terceira e quinta emissões de debêntures. Durante o exercício de 2016, a Companhia registrou despesas de R\$223.029 mil a título de juros sobre as debêntures emitidas. (R\$210.108 mil em 2015).

Os pagamentos de juros e amortizações das debêntures emitidas

são realizados rigorosamente nos termos das respectivas escrituras de emissão. O quadro abaixo apresenta os pagamentos efetuados durante o exercício de 2016:

Pagamentos efetuados (R\$ mil)	Juros	Principal	Total pago
(a) Segunda Emissão	8.104	-	8.104
(b) Terceira Emissão	9.013	49.612	58.625
(c) Quinta Emissão	68.848	-	68.848
<b>Total</b>	<b>17.117</b>	<b>49.612</b>	<b>66.729</b>

## (a) Debêntures Subordinadas (Segunda Emissão)

A Companhia possui um saldo de R\$969.531 mil a pagar referente às debêntures subordinadas, que foram integralmente subscritas pelo Estado de Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo devedor totalizava R\$874.883.

As debêntures subordinadas possuem vencimento em 2022 e não possuem amortizações intermediárias de juros e principal, podendo ocorrer amortizações extraordinárias a critério da Emissora. Durante o exercício de 2016, os pagamentos extraordinários de juros totalizaram R\$8.104 mil.

Após a liquidação da terceira emissão de debêntures, prevista para 30 de agosto de 2017, a segunda emissão poderá ser quitada mediante dação em pagamento do saldo remanescente da carteira de direitos de crédito autônomos, cujo saldo atual foi apresentado no item 2.2.

## (b) Debêntures Seniores (Terceira Emissão)

Os pagamentos de juros e de amortização da terceira emissão são feitos mensalmente e totalizaram R\$58.625 mil no exercício de 2016. O saldo devedor desta emissão é de R\$28.472 mil em 31 de dezembro de 2016.

## (c) Debêntures de Quinta Emissão

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui um saldo de R\$696.245 mil a pagar referente à quinta emissão de debêntures. Durante o exercício de 2016, foram pagos juros no montante de R\$68.848 mil. As amortizações do principal serão devidas semestralmente a partir de julho de 2019.

## 3.4 Participações Acionárias

A Companhia possui participação acionária na Cemig, Copasa, BDMG e empresas do grupo Gerdaul. Em junho de 2016, a Companhia devolveu ao acionista controlador, Estado de Minas Gerais, a totalidade da sua participação na Helibras, mediante redução do capital social.

Os investimentos em participação acionária proporcionaram receitas de juros sobre capital próprio (JCP) e dividendos no montante de R\$51.127 mil no exercício. Essas receitas foram superiores em 7% às auferidas no exercício anterior, quando somaram R\$47.997 mil. Os dividendos e JCP distribuídos pela Cemig representam cerca de 99% dessas receitas.

Em decorrência do desinvestimento na Helibras, a Companhia registrou em suas demonstrações o valor de R\$42.465 mil relativo a reclassificação de outros resultados abrangentes para resultado.

## 3.5 Convênios

Durante este exercício, a Companhia deu continuidade ao seu programa de investimentos em ações destinadas à promoção do desenvolvimento da infraestrutura estadual por meio de convênios com entidades públicas municipais, autarquias e fundações com intervenção e apoio técnico de Secretarias de Estado responsáveis pelas políticas públicas setoriais.

A MGI repassou aos convenientes, neste exercício, o montante de R\$133,9 milhões referentes a convênios celebrados em 2016 e a parcelas remanescentes de convênios celebrados em exercícios anteriores. Em 2013, 2014 e 2015, foram repassados R\$1,05 bilhões. Os recursos repassados são destinados a obras de apoio à infraestrutura municipal, obras de saneamento básico, reformas e ampliações de Parques de Exposições Agropecuárias, recuperação e manutenção de rodovias. Os valores acima estão apresentados líquidos das devoluções recebidas dos convenientes a título de prestação de contas de convênios já encerrados. Os recursos destinados aos convênios originam-se de aportes de capital realizados na Companhia pelo acionista controlador Estado de Minas Gerais.

A prestação de contas desses convênios deve ser apresentada pelo Conveniente à MGI em até 90 dias após o vencimento dos convênios ou dos aditamentos efetuados. Essa prestação de contas tem como objetivo confirmar o cumprimento do objeto do convênio quanto a sua execução física e financeira, além do atingimento do objetivo social. A não comprovação do atingimento dos preceitos definidos nos contratos de Convênios determina o impedimento de novos repasses de recursos e a promoção de tomada de contas especial com o ressarcimento dos valores atualizados repassados aos convenientes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresenta em seus controles internos o total de 849 convênios vencidos. Desse universo, 152 convênios, até a data destas demonstrações, já prestaram contas ou ainda não estão sujeitos a prestação de contas, conforme tabela abaixo:

Situação dos Convênios	Quantidade	Valor (R\$ mil)
Convênios vencidos há mais de 90 dias	849	799.226
Convênios não publicados cf. Resolução Estadual 016 e 026 de 2016	(98)	(33.980)
Aprovados e Aprovados com Ressalva	(29)	(9.796)
Em análise na MGI e Encerrados	(7)	(1.888)
Possibilidade de Convalidação (pode voltar a ser vigente)	(18)	(5.590)
<b>TOTAL de convênios pendentes de prestação de contas</b>	<b>697</b>	<b>747.972</b>

Os 697 convênios pendentes de prestação de contas representam um montante de R\$ 747.972. Desse total, 321 convênios tiveram suas prestações de contas protocolizadas nas Secretarias de Estado, a quem compete, por delegação, a análise preliminar da prestação de contas – inspeção física e auditoria da execução financeira –, para posterior emissão de parecer técnico recomendando a aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação das contas.

Em relação aos 376 convênios restantes, estes são objeto de medidas administrativas para regularização da omissão no dever de prestar contas.

A administração tem efetuado cobranças junto às respectivas Secretarias no sentido de agilizar a referida prestação de contas e aprimorado os seus controles internos no sentido de conciliar as informações da área de convênios com o Sistema de Gestão de Convênios da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais.

## 3.6 Subsidiária Integral

A EMIP – Empresa Mineira de Parcerias S.A., subsidiária integral da MGI, atua como mandatária do Estado de Minas Gerais em contratos de concessões e parcerias público-privadas, para isso assumindo obrigações relacionadas às contraprestações pecuniárias ou de qualquer outra natureza no âmbito dos referidos contratos.

No exercício de 2016, foram pagos como contraprestações aos parceiros privados, em nome do Estado de Minas Gerais, o montante de R\$213.379 mil. No exercício de 2015, foram pagos R\$262.435 mil.

A EMIP atua, ainda, na comercialização de bens imóveis próprios

de uso, tendo auferido neste exercício uma receita líquida de R\$944 mil com a venda de 25 imóveis por meio de concorrências públicas. No exercício anterior, foi apurada receita líquida de R\$1.061 mil com a venda de 26 imóveis.

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Indicadores Selecionados	31/12/2016	31/12/2015	Variação
4.1 Receita Operacional Líquida	275.149	297.067	(7%)
4.2 Custo Operacional	(287.842)	(263.710)	9%
4.3 Resultado Operacional Bruto	(12.693)	33.357	(138%)
4.4 Resultado Financeiro Líquido	34.422	54.550	(37%)
4.5 LAJIDA	(167.813)	(663.538)	(75%)
LAJIDA ajustado	(21.995)	26.230	(184%)
4.6 Lucro Líquido	(133.435)	(611.512)	(78%)

## 4.1 Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Receitas de atualização monetária	128.635	129.871	(1%)
Amortização ajuste reconhecimento inicial DCA	90.473	110.386	(18%)
Receita de participação acionária	51.127	47.997	7%
Receitas de recuperação de créditos	4.985	7.800	(36%)
Receitas de serviços	1.934	2.049	(6%)
Receitas de vendas de imóveis	1.041	1.166	(11%)
Impostos sobre serviços (ISS)	(97)	(102)	(5%)
PIS/COFINS	(2.949)	(2.100)	40%
<b>TOTAL</b>	<b>275.149</b>	<b>297.067</b>	<b>(7%)</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou Receita Operacional Líquida de R\$275.149 mil, 7% inferior ao exercício de 2015, quando alcançou R\$297.067 mil.

A receita mais expressiva neste exercício foi a variação monetária ativa, proveniente da carteira de direitos de crédito autônomos, que alcançou R\$128.635 mil, representando 47% da Receita Operacional Líquida. No exercício de 2015, essa receita totalizou R\$129.871 mil, havendo, portanto, uma pequena redução de 1% em 2016.

O fator preponderante para a redução da receita operacional líquida foi o decréscimo da receita de amortização do ajuste no reconhecimento inicial dos direitos de crédito autônomos. Essa receita, correspondente a 33% da receita operacional líquida de 2016, apresentou redução de 18%, passando de R\$110.386 mil em 2015 para R\$90.473 mil em 2016.

## 4.2 Custo Operacional

Custo Operacional (R\$ mil)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Juros sobre debêntures	223.029	210.108	6%
Amortização ajuste reconhecimento inicial debêntures	54.345	40.604	34%
Pessoal	4.511	3.784	19%
Obrigações por repasse	2.217	4.360	(49%)
Custos dos imóveis vendidos	1.549	1.805	(14%)
Amortização de custos de transação	1.109	1.769	(37%)
Serviços de terceiros	613	827	(26%)
Despesas judiciais	291	331	(12%)
Demais custos	178	122	46%
<b>TOTAL</b>	<b>287.842</b>	<b>263.710</b>	<b>9%</b>

O custo operacional totalizou R\$287.842 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, superior em 9% ao exercício anterior, quando atingiu R\$263.710 mil.

O custo mais expressivo é composto pelos juros sobre as debêntures emitidas, que totalizaram R\$223.029 mil neste exercício, representando 77% do custo total. Esse custo apresentou pequeno crescimento de 6% em relação ao exercício anterior.

Outro fator impactante no crescimento do custo operacional foi o aumento de 34% no custo de amortização do ajuste no reconhecimento inicial das debêntures, que totalizou R\$54.345 mil em 2016, correspondente a 19% do custo operacional do exercício.

Os demais custos apurados no exercício foram pouco representativos para os resultados da Companhia.

## 4.3 Resultado Operacional Bruto

O decréscimo da receita operacional líquida e o aumento do custo operacional ocasionaram prejuízo bruto de R\$12.693 mil no exercício de 2016. No exercício anterior, a Companhia apresentou lucro bruto de R\$33.357 mil.

## 4.4 Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido reduziu 37%, de R\$54.550 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$17.149 mil em 31 de dezembro de 2016.

Os resultados foram alcançados por meio de criterioso controle dos recursos mantidos em aplicações financeiras, em fundos lastreados em títulos públicos cujas rentabilidades anuais permanecem as taxas DI a custos administrativos ínfimos (taxa de adm.). A redução se deu pela diminuição do montante aplicado.

## 4.5 LAJIDA e LAJIDA ajustado

LAJIDA e LAJIDA ajustado (R\$ mil) (*)	31/12/2016	31/12/2015	Variação
Resultado do Período	(133.435)	(611.512)	(78%)
(+) Despesa de IR e Contribuição Social	-	2.471	(100%)
(+) Despesas Financeiras Líquidas	(34.422)	(54.550)	(37%)
(+) Depreciação e Amortização	44	53	(17%)
<b>LAJIDA (a)</b>	<b>(167.813)</b>	<b>(663.538)</b>	<b>(75%)</b>
(-) Resultado Positivo de Equivalência Patrimonial	(1.015)	(19.469)	(95%)
(+) Resultado Negativo (Positivo) de Ajustes a Valor Justo	(104.631)	66.991	(256%)
(+) Reclassificação de Outros Resultados Abrangentes para Resultado	42.465	-	-
(+) Provisão para Perdas em Participações Societárias	-	467.955	(100%)
(+) Impairment dos Imóveis Disponíveis para Venda	2.137	-	-
(+) Impairment dos Direitos de Crédito Autônomos	206.862	174.291	19%
<b>LAJIDA AJUSTADO (b)</b>	<b>(21.995)</b>	<b>26.230</b>	<b>(184%)</b>

(\*) O LAJIDA e LAJIDA ajustado foram calculados conforme disposto na Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012.

## (a) LAJIDA

O LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) é uma medição não contábil utilizada para analisar a geração operacional de caixa de uma empresa. Esta medição é

elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando o disposto no Art. 3º da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012. A Companhia apurou, em 31 de dezembro de 2016, LAJIDA negativo de R\$167.813 mil, enquanto no exercício anterior apurou-se o LAJIDA negativo de R\$663.538 mil.

## (b) LAJIDA ajustado

O LAJIDA ajustado foi calculado em conformidade com o Art. 4º da Instrução CVM nº 527, com o intuito de melhor refletir a geração operacional de caixa da Companhia, por meio da exclusão dos seguintes efeitos:

- Equivalência patrimonial referente à participação na Helibras;
- Ajustes a valor justo referentes aos contratos de opções flexíveis e aos direitos creditórios decorrentes de empréstimo de ações;
- Reclassificação de outros resultados abrangentes para resultado em decorrência da alienação da participação na Helibras;
- Provisão para perdas em participações societárias decorrente dos investimentos na Cemig e na Copasa;
- Impairment dos imóveis disponíveis para venda (de propriedade da subsidiária EMIP);
- Impairment dos direitos de crédito autônomos.

Apurou-se LAJIDA ajustado negativo de R\$21.995 mil no exercício de 2016. No exercício anterior, esse indicador foi positivo no valor de R\$26.230 mil.

## 4.6 Resultado Líquido

A Companhia apresentou prejuízo líquido R\$133.435 mil no exercício de 2016, inferior em 78% ao prejuízo apurado em 2015, de R\$611.512 mil. O resultado de 2015 foi fortemente impactado pelas provisões para perdas em participações societárias, que totalizaram R\$467.955 mil. No exercício de 2016, em virtude da valorização das ações da Cemig e da Copasa, não houve provisão para perdas, o que justifica a expressiva redução do prejuízo.

Os principais fatores que contribuíram para o prejuízo de R\$133.435 mil apurado no exercício de 2016 foram o crescimento dos custos operacionais atrelados às debêntures emitidas em detrimento da redução das receitas operacionais atreladas aos direitos de crédito autônomos, bem como o valor expressivo do impairment dos direitos de crédito autônomos, que totalizou R\$206.862 mil no exercício de 2016.

## 5 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período, ajustado na forma da lei. Em razão do prejuízo apurado, a Companhia não declarou nos exercícios de 2016 e 2015 pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

## 6 ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação regulamenta o direito fundamental de todo brasileiro acessar a informações, de interesse coletivo ou geral, produzidas, guardadas e organizadas pelo Poder Público em todos os níveis de governo – União, estados, municípios e Distrito Federal. Publicada no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2011, a Lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabeleceu procedimentos para que os órgãos públicos facilitem o acesso à informação pública sob sua guarda e respondam a pedidos de informações dos cidadãos.

Foram criados mecanismos para garantir o acesso à informação pública e, por outro lado, estabelecidos critérios para proteção de informações pessoais e sigilosas que impliquem na segurança da Sociedade e do Estado. Mas a observância da publicidade como regra e do sigilo como exceção, a divulgação de informações de interesse público independentemente de solicitações e a utilização dos meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação, estão entre as principais diretrizes da Lei.

Em 25 de maio de 2012, o Governo Mineiro publicou o Decreto Estadual nº 45.969, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela administração direta do Poder Executivo, suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e empresas controladas direta ou indiretamente, com vistas a garantir o acesso à informação, nos termos da legislação estadual vigente e da Lei Federal nº 12.527/2011.

Na MGI, o acesso à informação é disponibilizado no site [www.mgipart.com.br](http://www.mgipart.com.br). Para facilitar o acesso e a compreensão pela sociedade, foram publicados os links “Concursos, Debêntures, Editais, Institucional, Conselho de Ética, Imóveis e Transparência”, de forma objetiva e em linguagem acessível.

Na mesma oportunidade, foi disponibilizado o menu “Fale Conosco” – onde é possível requerer, sem necessidade de justificativa, dados da Companhia e da gestão de seus administradores.

## 7 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO RELEVANTE

A MGI, na condição de Companhia de capital aberto, se sujeita à fiscalização exercida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA, na condição de emissora de valores mobiliários – Categoria “B” (Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações), nos termos da Instrução CVM nº 400/2009, devendo divulgar informações societárias de forma coerente com as melhores práticas de governança corporativa, visando à transparência e à equidade no relacionamento com os investidores e o mercado, bem como minimizar eventuais desvios.

Na MGI, a política de divulgação de informação e manutenção de sigilo por potenciais ou efetivos detentores de informação relevante, nos termos da Instr